

FLP0203 – Política III – Teoria Política Moderna
Atividade Escrita B – vespertino

Os Federalistas – Atividade B

“A ideia de uma representação genuína de todas as classes do povo por pessoas de todas as classes é inteiramente visionária. A menos que a Constituição estipulasse expressamente que cada diferente ocupação mandaria um ou mais membros, tal coisa jamais ocorreria na prática. Mecânicos e fabricantes sempre se inclinam, com poucas exceções, a dar seus votos a mercadores, de preferência a pessoas de suas próprias profissões ou ofícios. Esses astutos cidadãos têm plena consciência de que as artes da mecânica e da manufatura fornecem os materiais da iniciativa e atividade mercantil. Na verdade, muitos deles estão diretamente associados a operações comerciais. Sabem que o mercador é seu benfeitor e amigo natural e percebem que, por mais que possam ter uma justa confiança em seu próprio bom senso, seus interesses serão mais eficazmente promovidos pelos mercadores que por eles próprios. Sabem que seus hábitos de vida não tem sido os mais adequados para lhes dar aqueles dotes adquiridos sem os quais, numa assembleia deliberativa, as maiores habilidades naturais seriam em grande parte inúteis; sabem ainda que a influência, o peso e os conhecimentos superiores dos comerciantes os tornam mais competentes para uma luta contra qualquer tendência contrária aos interesses da manufatura e do comércio que venham a se insinuar nos conselhos públicos. Estas e muitas outras considerações que poderiam ser feitas provam, e a experiência confirma, que artesãos e manufatureiros estarão em geral dispostos a dar seus votos aos mercadores e aos indicados por eles. Cabe-nos, portanto, considerar os mercadores os representantes naturais de todas essas classes da comunidade”.

(OS FEDERALISTAS, 1993, nº35, p. 255)

- 1) Segundo a passagem, o que Hamilton entende por “representação”? Por que comerciantes seriam os “representantes naturais” de mecânicos e manufatureiros? **(2 pontos)**
- 2) Contra qual tipo de representação política Hamilton, em particular, e os Federalistas, em geral, estavam debatendo? **(3 pontos)**

Burke – Atividade B

“Consideremos o plano francês de um funcionário executivo em suas duas divisões naturais, a civil e a política. Na primeira, deve-se observar que a nova Constituição despojou o rei do controle das esferas mais elevadas da magistratura, em qualquer de seus ramos. O rei não é a fonte da justiça; e tampouco os juizes, seja o de primeira instância, seja o de apelação, são por ele nomeados. Ele não é sequer o promotor público. Ele atua meramente como um notário para autenticar a escolha dos juizes nos diferentes distritos. Cabe ao rei executar essas sentenças por meio de seus funcionários. Quando examinamos a verdadeira natureza de sua autoridade, ele não parece ser nada mais que um chefe de bedéis, guardas de tribunal, esbirros, carcereiros e carrascos. É impossível

colocar algo que se denomina realeza em uma situação mais degradante. Antes teria sido mil vezes melhor para a dignidade desse desventurado príncipe que ele nada tivesse de comum com a administração da justiça, já que foi desprovido de tudo o que há de venerável e de consolador nessa função, e não pode iniciar, suspender, mitigar um processo ou até mesmo conceder perdão. Tudo o que é vil e odioso na justiça recai sobre ele. Não foi por acaso que a Assembleia se esforçou por remover o estigma de certas funções, já que estava decidida a colocar a pessoa que até recentemente era seu rei em uma situação somente um grau acima do carrasco e para o desempenho de uma função que tem aproximadamente a mesma qualidade. Dado o estado em que atualmente se encontra o rei da França, não seria nada natural que ele lograsse ser respeitado por si mesmo ou pelos demais.

“Passemos à função política que exerce, sob as ordens da Assembleia Nacional, esse novo funcionário executivo. Executar as leis é um ofício régio; executar ordens é não ser rei. Apesar disso, a magistratura executiva, mesmo reduzida a seu aspecto político, é uma função de grande responsabilidade. É um encargo que realmente depende muito da fidelidade e da diligência tanto daqueles que o exercem, como dos seus subordinados. A lei deveria fixar os meios para que esse magistrado execute suas tarefas, e disposições nesse sentido deveriam ser oferecidas pelas circunstâncias correspondentes ao encargo. Uma tal magistratura deve estar cercada de dignidade, autoridade e consideração e deveria conduzir à glória. O cargo executivo é uma função que supõe vigor, uma vez que não é da impotência que se deve exigir as tarefas do poder. Que tipo de pessoa é um rei que deve comandar sem dispor dos meios para recompensar o serviço? Nenhum cargo permanente, nenhuma concessão de terras, nem mesmo uma pensão de 50 libras esterlinas ao ano ou um título vão e trivial. Na França, o rei não é mais a fonte da honra, o mesmo se aplicando à justiça. Todas as recompensas, todas as distinções, estão em outras mãos. Os que servem ao rei não têm outra motivação natural senão o medo - medo de tudo, exceto do seu senhor. Suas funções de coerção no interior do país são tão odiosas quanto as que ele exerce no departamento de justiça. Quando se trata de conceder uma isenção de imposta a uma municipalidade, é a Assembleia que o faz; mas, quando se trata de enviar tropas para fazê-la cumprir as determinações da Assembleia, é o rei que deve executar a ordem e que em todas as ocasiões se vê aplicado com o sangue de seu povo. Não tem direito ao veto, embora seu nome e sua autoridade sirvam para impor qualquer decreto severo. E pior, ele deve colaborar na chacina dos que tentarem libertá-lo de seu cativo ou que mostrem o mais ligeiro apego e lealdade à sua pessoa ou à sua autoridade”.

(BURKE, 2016, pp. 210-211)

- 1) Segundo Burke, quais as características do poder executivo? **(2 pontos)**
- 2) “Na França, o rei não é mais a fonte da honra”, segundo Burke. Como ele fundamenta a crítica que faz ao papel do rei estipulado pela Assembleia Nacional? **(3 pontos)**